

Espera por 'carro popular' de Lula derruba vendas; pacote pode durar um ano

Indústria automobilística Pacote em gestação

Venda de carro novo cai 14% à espera de medidas para redução dos preços

— Ministério da Indústria prevê alcance de até 1 ano para pacote, mas Fazenda ainda não sabe como bancar redução de tributos, o que deixa em suspense o setor automotivo

CLEIDE SILVA

A média diária de vendas de carros novos em maio caiu quase 14% em relação a abril, à espera da entrada em vigor de medidas do governo Lula que prometem reduzir entre 1,5% e 10,96% os preços de modelos que custem até R\$ 120 mil. Segundo anúncio feito pelo vice-presidente Geraldo Alckmin na quinta-feira passada, Dia da Indústria, carros mais baratos terão descontos maiores.

O setor aguarda a definição das medidas, inclusive para saber por quanto tempo o corte de tributos vai se estender. Conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Serviços (Mdic), o pacote pode se alongar por até um ano (mais informações nesta página).

Na primeira quinzena de maio, os licenciamentos vinham em ritmo de alta, e a indústria automobilística acre-

ditava que o mês poderia ser o melhor de vendas no ano. Com as notícias do pacote, as vendas começaram a desacelerar e, até a última segunda-feira, a média diária era de 7,284 unidades, ante 8.443 em igual período de abril – e quase 5% abaixo da média de maio do ano passado. Lojistas afirmam que a queda não foi maior porque muitos dos licenciamentos feitos no período se referem a negócios fechados antes do anúncio.

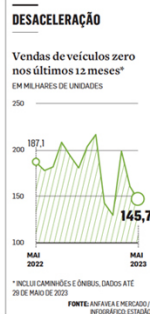
ALCANCE NA FROTA. A medida esperada pelo setor automotivo vai beneficiar 40% dos modelos à venda no mercado que custam até o valor-limite definido pelo governo.

O segmento de carros usados, que tradicionalmente acompanha o de novos na questão de preços, também está em compasso de espera, segundo a Federação Nacional das Associações de Revendedores de

Veículos Automotores (Fenauto). Um porta-voz da entidade afirma, porém, que para avaliar eventual impacto é preciso esperar as medidas que de fato serão adotadas.

É possível, segundo a Fenauto, que a faixa de preço de carros novos que terão algum benefício concorrerá diretamente com modelos seminovos, mas, se os efeitos da medida tiverem duração de “três a quatro meses”, como dito recentemente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, “lá na frente o mercado se ajusta novamente”, segundo o porta-voz da entidade. Porém, pela expectativa do Mdic, o programa pode durar até 12 meses.

INCENTIVOS 'VERDES'. Em reforço à fala de Haddad, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galpoldo, afirmou ontem que o programa para baixar o valor



de carros no Brasil será “emergencial” e de “curto prazo”, pelo contexto de risco vivido pelas montadoras. Ele desta-

cou que a Fazenda trabalha em medidas para construir uma política de incentivos “verdes” e que atividades poluentes terão de trabalhar com um custo imposto a quem consome ou produz.

O setor automotivo espera que o detalhamento das medidas seja feito ainda esta semana. Para tanto, será preciso a confirmação da Fazenda sobre o impacto fiscal do pacote, que deve beneficiar principalmente os carros de entrada.

O principal desafio da Fazenda é como compensar a perda de arrecadação, em um momento em que o governo federal busca exatamente o contrário. Uma das possibilidades em estudo é a de gerar receita com a regulamentação das apostas esportivas (mais informações nesta página B2). ● COLABORA RAM AMANDA POPO • EDUARDO LAGANA

GOVERNO ESTUDA BANCAR BENEFÍCIO COM RECEITA DE APOSTA ESPORTIVA. PÁG. B2

‘Estamos falando em um programa de curto prazo, em até um ano’

ENTREVISTA

Ullalce Moreira
Secretário de Desenvolvimento Industrial do Mdic

ADRIANA FERNANDES
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

O secretário de Desenvolvimento Industrial, Ullalce Moreira, afirma que o programa de incentivo à compra de carros, anunciado na semana passada, a ser detalhado nos próximos dias, é um “tiro de curto prazo”. Na equipe do vice-presidente Geraldo Alckmin no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Serviços (Mdic), Ullalce defende o

programa das críticas que o governo vem recebendo e busca diferenciar a ajuda ao setor automobilístico da nova política industrial que será anunciada no segundo semestre, batizada de neointustrialização. O programa foi um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“É preciso diferenciar muito o que é uma política de caráter anticíclico, de curto prazo, de uma política estrutural”, afirma. Ele diz que a iniciativa deve durar “um ano” e “no mínimo quatro meses”.

O que a política do carro popular tem a ver com a “neointustrialização” citada pelo presidente Lula e pelo vice, Geraldo Alckmin?
Primeiro ponto, a gente nunca falou em carro popular. Isso é

importante. Para deixar claro, eu nunca discuti isso no Mdic. A gente tem um programa aqui que é o Rota 2030, em que discutimos as rotas tecnológicas que promovem um processo de descarbonização. Ele entra na sua segunda fase a partir de agosto e, do ponto de vista do setor automotivo, era isso que nós discutimos. Só que ao mesmo tempo a gente está atento à conjuntura, ao que está acontecendo com o setor, que tem uma capacidade produtiva de 4,5 milhões de automóveis e que está no nível de utilização da capacidade instalada nos mais baixos que já se viu, em torno de 49%.

E por que isso preocupa?
A gente precisa pensar no setor automotivo não isoladamente, mas em todo o sistema. O segmento diretamente emprega 101,6 mil pessoas e indiretamente, considerando toda a cadeia, 1,2 milhão de pessoas.

Por que incluiram carros de R\$ 120 mil?
Se considerássemos apenas os carros 1.0, eles ocupariam ape-

nas 10% do mercado. Então, com carros de até R\$ 120 mil, ocupamos quase 40% do mercado e, portanto, uma política de caráter conjuntural teria um impacto maior para manter emprego e renda. Só que ao mesmo tempo não poderíamos dar o mesmo incentivo tributário para um carro de R\$ 120 mil e outro de R\$ 68 mil, já

“A gente precisa pensar no setor automotivo não isoladamente, mas em todo o sistema. O segmento diretamente emprega 101,6 mil pessoas e indiretamente, considerando toda a cadeia, 1,2 milhão de pessoas”

que a gente estava incorporando as três dimensões. Por isso, escalona e os carros que alcançam maior nível nos três fatores, social, coeficiente energético e densidade produtiva, terão o maior nível de incentivo tributário. E os com menores patamares alcançam o menor

nível de incentivo tributário. Isso dá um número de 33 modelos de carros de 11 empresas, que representam quase 40% do mercado.

Mas qual o tempo que pode durar a medida?
Em até um ano. E no mínimo quatro meses, como o próprio ministro da Fazenda mencionou.

Quando concluem o programa?
Em até 15 dias, todo mundo quer resolver logo. O programa foi construído em diálogo com a Fazenda. Nunca houve uma construção do programa do Mdic.

No passado, o governo já concedeu incentivos e, em seguida, a indústria demitiu trabalhadores. Não pode acontecer a mesma coisa?
Veja estamos falando de um programa de curto prazo, de caráter anticíclico. É de tiro de curto prazo com a perspectiva de que outros fatores podem melhorar o cenário econômico. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: 1B Página: 1